



**40 anos  
Abril e Maio  
de novo**

*com a Força do Povo!*



**No dia-a-dia  
de quem trabalha  
e na luta por melhor futuro**

**25 de Abril vivo**

Dedicado ao 40.º aniversário da Revolução de Abril, este número especial mostra como as transformações revolucionárias fizeram progredir o País e melhoraram a vida dos trabalhadores. Em depoimentos de doze dirigentes

sindicais e numa entrevista colectiva com dez mulheres de diferentes gerações, sectores e regiões, fica claro que não estamos perante uma mera efeméride. Os ideais que moveram os capitães e povo continuam válidos e vivos,

estimulando a batalha de todos os dias, por melhores salários, por emprego com direitos e por uma alternativa que coloque de novo Portugal no caminho que Abril abriu.

4 a 15



## Melhores salários

Os resultados positivos, alcançados com unidade e determinação, dão mais força à luta para conquistar aumentos salariais. A CGTP-IN refere casos, em 2014, de aumentos além dos 30 euros por mês, como já o Governo devia ter decidido para o salário mínimo nacional.

16

## Trabalhador da História



No Jornal da Fiequimetal e n' O Electrão, Francisco Canais Rocha já assinou dezenas de artigos sobre a história do movimento sindical. Mais de trinta estão publicados no sítio da federação na Internet.

15

“Cabe-nos a nós prosseguir a resistência e a luta para pôr fim a esta política e retomar os caminhos de Abril”

EDITORIAL

Órgão dos  
trabalhadores  
das indústrias  
metalúrgicas,  
químicas, eléctricas,  
farmacêutica,  
celulose, papel,  
gráfica, imprensa,  
energia e minas

# Jornal da FIEQUIMETAL



N.º 12  
Abril  
2014

Distribuição  
gratuita  
aos associados  
dos sindicatos  
federados

# Todos em força no 1.º de Maio

A CGTP-IN apela a que as comemorações do Dia Mundial dos Trabalhadores se tornem este ano um marco determinante da luta para derrotar a política de direita, demitir o Governo do PSD e do CDS-PP, convocar eleições antecipadas e construir uma alternativa política, de esquerda e soberana.

3





“*As sementes de Abril e Maio germinaram, a sementeira cresceu, floresceu e deu fruto*”

# Abril e Maio com a força do povo

Há quarenta anos os Capitães de Abril, interpretando o profundo sentimento dos trabalhadores e do povo, desferiram o golpe militar que pôs fim à ditadura fascista, restaurou as liberdades e abriu caminho para a instauração do regime democrático.

Seis dias depois, o primeiro 1.º de Maio em liberdade deu expressão à imensa alegria e orgulho de quem, vivendo e lutando contra a opressão e a tirania, ali estava para assumir a sua participação no processo revolucionário e selar a aliança Povo-MFA.

Desde então, Abril e Maio passaram a andar juntos no coração, na voz e na luta dos trabalhadores e de todos aqueles e aquelas que ambicionam a construção de uma sociedade baseada nos valores da justiça, da igualdade, da solidariedade e do progresso económico e social – os valores de Abril.

Com a sua participação e luta, alcançou-se as conquistas políticas, económicas, sociais e culturais que definiram o regime democrático consagrado na Constituição.

Reorganizaram-se os sindicatos; com a contratação colectiva alcançou-se novos direitos e as condições de vida melhoraram.

Com a mesma determinação, foram derrotados golpes contra-revolucionários, travou-se a luta contra o boicote económico do grande capital e resistiu-se à ofensiva contra os direitos sociais e laborais, conduzida pelo grande patronato e por sucessivos governos.

É todo este património de direitos e valores, incluindo o próprio regime democrático, que a política do Governo PSD/CDS põe em causa. Trata-se de uma tentativa de ajuste de contas com o 25 de

Abril, visando restaurar os privilégios do grande capital, os mesmos interesses a quem a ditadura serviu durante 48 anos.

Cabe-nos a nós prosseguir a resistência e a luta para pôr fim a esta política e retomar os caminhos de Abril.

Nesta edição, especialmente concebida para assinalar o 40.º aniversário do 25 de Abril, decidimos dar a palavra a prota-

gonistas da luta que contribuiu para o derrube da ditadura e para as profundas transformações operadas na vida e na organização dos trabalhadores.

Pusemos em relevo as memórias de mulheres que viveram os tempos que antecederam o 25 de Abril e participaram activamente no processo revolucionário e demos a palavra a jovens dirigentes que cresceram já em liberdade.

Lado a lado com estes homens e estas mulheres, muitos outros destacados dirigentes e activistas do movimento operário lutaram e, frequentemente, arriscaram a própria vida, nas comissões de unidade de empresa, nas direcções dos sindicatos corporativos, na construção da Intersindical, na reorganização dos sindicatos, no controlo operário nas empresas e em todo percurso, até aos dias de hoje, na defesa dos direitos e de todas as conquistas da Revolução.

Estes depoimentos são também uma homenagem a toda essa gesta heróica, que ficará inscrita a letras de ouro na história do movimento operário.

É certo que vivemos tempos difíceis de contra-revolução. Mas o tempo não volta atrás.

As sementes de Abril e Maio germinaram, a sementeira cresceu, floresceu e deu fruto. E, mesmo que a política de terra queimada, deste e de outros governos ao serviço do capital, atrase o processo de libertação dos trabalhadores, as sementes caídas à terra voltarão a germinar.



## Forte jornada de luta hoje como em 1974

As portas que se abriram com o 25 de Abril de 1974 foram imensas.

O povo português alcançou a liberdade, ao fim de 48 anos de luta heróica contra a opressão fascista, e iniciou um processo de transformação política, económica, social e cultural sem paralelo na nossa história. Com o fim da guerra, os povos das colónias tomaram nas mãos o futuro dos seus países. A todos, a Revolução abriu caminho à esperança, à felicidade e à confiança num futuro de progresso.

Estava cumprida a primeira parte do sonho pelo qual várias gerações de trabalhadores, democratas e patriotas haviam lutado, muitas vezes com o sacrifício da vida.

A resistência dos trabalhadores, expressa em poderosas lutas, nas principais empresas da indústria, nos campos do Alentejo e do Ribatejo e em sectores de serviços, como a banca e o comércio, contribuiu decisivamente para a criação das condições que levaram ao derrube da ditadura.

Lutando por melhores condições de vida e de trabalho e pela contratação colectiva, mas também pelos direitos de expressão, de reunião, de organização e de greve, os trabalhadores elegeram homens e mulheres da sua confiança para as direcções de importantes sindicatos corporativos e criaram a Intersindical, que desempenhou um papel destacado antes e depois do 25 de Abril.

### O primeiro

O primeiro 1.º de Maio em liberdade transformou definitivamente a Revolução num processo de participação popular, levou às grandes transformações e à conquista de direitos fundamentais e garantiu a natureza progressista do regime democrático que ficaria consagrado na Constituição promulgada em 2 de Abril de 1976.

O 1.º de Maio de 1974, com gigantescas manifestações por todo o País, marcou o ritmo do movimento de massas dirigido pela Intersindical, que impulsionou as conquistas da Revolução, assegurou a sua defesa e prosseguiu, ao longo destes 40 anos, ora conquistando direitos, como as 40 horas semanais, ora resistindo à ofensiva contra-revolucionária, dirigida pelo grande capital.

O 1.º de Maio constituiu sempre um ponto alto da luta dos trabalhadores, pela defesa do regime democrático e demais conquistas de Abril, pelo emprego, pelos salários, pelos direitos, por melhores condições de vida e de trabalho.

### O de hoje

Perante o maior ataque de sempre contra os direitos económicos, sociais e laborais e face aos planos de reconfiguração do Estado que o Governo

do PSD e do CDS tem em marcha, os trabalhadores e todos os que se opõem a esta política têm o dever de fazer das comemorações do 40.º aniversário do 25 de Abril e do 1.º de Maio em liberdade grandes acções de massas, pela defesa dos valores de Abril e do regime democrático inscrito na Constituição.

É preciso fazer deste Maio uma poderosa jornada de luta, pela defesa da contratação colectiva, pelo aumento dos salários, pelo emprego com direitos, pela dinamização do sector produtivo e contra as privatizações, que representam um verdadeiro saque organizado a favor do grande capital. Nos nossos sectores, isso já aconteceu com a EDP e a REN e o Governo prepara-se para alienar a EGF - Empresa Geral do Fomento, o braço da Águas de Portugal para o sector de resíduos e na qual se integram a Valorsul e a Amarsul.

É preciso que em Abril e Maio, como diz a canção, «venham mais cinco», venham muitos milhares para a rua, para defender os direitos sociais e laborais, para defender os serviços públicos (o Serviço Nacional de Saúde, a Segurança Social, a escola pública) e as funções sociais do Estado, para lutar contra a exploração e o empobrecimento, pela reposição do que nos foi roubado nos salários e nas reformas, para exigir a demissão do Governo e abrir caminho ao futuro baseado nos valores de Abril.



**ROGÉRIO SILVA**  
Da Comissão Executiva da CGTP-IN e coordenador da Fiequimetal





Em Lisboa, no Porto e por todo o País, em mais vinte localidades, milhares de pessoas responderam ao apelo da CGTP-IN e participaram no dia nacional de luta, a 1 de Fevereiro deste ano



## CGTP-IN chama para o Dia Mundial dos Trabalhadores

# Todos às ruas no 1.º de Maio

Para derrotar a política de direita, demitir o Governo do PSD/CDS-PP, convocar eleições antecipadas e construir uma alternativa política, de esquerda e soberana, a luta dos trabalhadores e do povo mantém-se como elemento determinante, salientou o Conselho Nacional da CGTP-IN.

As comemorações do 1.º de Maio deverão ser um marco determinante da luta contra este Governo e esta política. Na sua reunião de 19 de Março, o órgão dirigente da CGTP-IN aprovou uma resolução, apelando aos trabalhadores e ao povo, para que haja o máximo empenho e mobilização, no quadro da acção sindical, para uma grandiosa jornada nacional.

Além de participar nas comemorações populares do 40.º aniversário do 25 de Abril, afirmando a defesa das suas conquistas e valores, há que fazer do 1.º de Maio um expoente da luta social e política, por uma mudança de rumo, para uma política que valorize o trabalho, dignifique os trabalhadores e coloque Portugal no caminho do progresso e justiça social, defende o Conselho Nacional.

### A situação exige

A necessidade de desenvolver e elevar a luta dos trabalhadores é justificada pela dramática situação do País, que coloca a Portugal um desafio inadiável: libertar-se da troika e do programa de agressão, renegociar a dívida pública, aumentar a produção nacional e traçar um novo rumo, de progresso económico e social, que assente na soberania nacional, respeite os valores de Abril e cumpra a Constituição.

Registando que se confirmara todas as previsões e alertas feitas pela CGTP-IN, na resolução destaca-se que as políticas ditas



A juventude, muito atingida pela política de direita e pelas medidas do actual Governo, tem fortes motivos para estar na luta

de austeridade não resolveram os problemas económicos e sociais que a política de direita criou ao longo dos anos. Pelo contrário, estes foram agravados pelo actual Governo PSD/CDS-PP, colocando Portugal numa situação de insustentabilidade económica, financeira, social e demográfica.

A afirmação do Conselho Nacional é fundada em fac-

tos que até os dados oficiais estão a colocar em evidência.

O desemprego, que tinha aumentado significativamente no período dos PEC (Governo PS/Sócrates), mantém-se como um problema central; 465 mil postos de trabalho foram destruídos, só no período de aplicação do programa de agressão (desde Maio de

2011); a taxa de desemprego passou de 10,8 por cento, em 2010, para 16,3 por cento, em 2013. Nos jovens a situação é ainda pior (a taxa passou de 22,4 para 37,7 por cento).

Aliado à baixa dos salários, o desemprego, está a ter um efeito devastador na emigração de jovens com elevadas habilitações e de trabalhadores qualificados. Saíram do

País mais de 220 mil pessoas, em 2011-2012.

A redução salarial tem sido feita de forma directa e indirecta, por via de medidas como o congelamento do salário mínimo, os cortes salariais e o aumento da duração do trabalho na Administração Pública, os bloqueios na contratação colectiva e a recusa de emitir portarias de extensão dos acordos assinados, a queda dos salários nas novas contratações.

A quebra dos salários tem sido agravada por outras medidas, com destaque para o aumento brutal do IRS.

Com cortes e impostos, reduziram-se também as pensões, levando a um empobrecimento generalizado das famílias.

Tudo isto tem provocado a aceleração da desigualdade na distribuição da riqueza produzida, observando-se uma quebra rápida e acentuada da parte dos rendimentos do trabalho no PIB, que passou de 49,2 por cento, em 2009, para 46,6 por cento, em 2013.

As desigualdades também se evidenciam no facto de as 25 maiores fortunas existentes em Portugal terem representado, em 2013, mais de dez por cento do PIB. Isto significa que, da riqueza produzida pelos trabalhadores, foi transferida para o capital uma parcela que vale mais 17,8 por cento.

Comprova-se que os grupos económicos e financeiros usam a «crise» para aumentarem os seus lucros, reforçarem o seu poder económico e agravarem a exploração dos trabalhadores.

## Determinação dá frutos

O Conselho Nacional da CGTP-IN saudou a luta dos trabalhadores no sector privado, no sector público e no sector empresarial do Estado. Sublinhou que têm enfrentado a ofensiva do patronato e do Governo com grande determinação, realizando numerosas lutas e, dessa forma, têm alcançado vitórias importantes nos locais de trabalho.

Os resultados positivos registaram-se quer quanto a salários, direitos e contratação colectiva, quer na defesa dos horários de trabalho (com acordos colectivos em centenas de autarquias locais, que mantêm as 35 horas semanais).

Com a luta dos trabalhadores, tem ainda sido possível impedir que as consequen-

cias da política de direita fossem mais graves.

### Intensificar

Nos tempos mais próximos, é preciso intensificar as lutas reivindicativas nas empresas e locais de trabalho, com prioridade para o aumento dos salários, a defesa dos direitos e da negociação colectiva. Desta forma, estimula-se também o alargamento da luta de massas pela demissão urgente deste Governo, por uma ruptura com a política de direita e pela construção de uma alternativa política e de esquerda que retome os valores de Abril, por um Portugal desenvolvido, de progresso e soberano.

## Basta!

Apesar dos resultados desastrosos, o Governo pretende manter e acentuar esta política.

No 1.º de Maio, os trabalhadores vão mostrar que não desistem da luta:

- para acabar com as medidas de redução salarial, que querem tornar permanentes;
- para impedir a continuação da política de exploração e empobrecimento;
- para repudiar as ameaças do primeiro-ministro, de que o nível de vida dos portugueses não voltará a ser igual a 2011;
- para pôr fim ao ataque constante às funções sociais do Estado.

A CGTP-IN recorda que a política seguida teve efeitos muito negativos nesta área.

Nos últimos três anos, 580 mil crianças e jovens ficaram sem abono de família e 163 mil beneficiários perderam o rendimento social de inserção.

Mais de um milhão de desempregados não têm subsídio de desemprego.

Aumentou a idade da reforma e baixou o valor das pensões, com mudanças na fórmula de cálculo.

Na saúde, os cortes de 300 milhões de euros, no Orçamento do Estado para este ano, vão agravar uma situação que já era má. Dos doentes é exigido que paguem mais, seja nas taxas moderadoras, nas deslocações, nos meios complementares de diagnóstico ou nos medicamentos.

O direito à educação é cada vez mais ilusório, depois dos cortes efectuados desde 2010 e brutalmente agravados no OE de 2014.



## Kemet de novo

Em luta contra mais uma tentativa de despedimento colectivo e deslocalização de produção, os trabalhadores da fábrica da Kemet Electronics, em Évora, com apoio da população, da Câmara Municipal e outras entidades e cidadãos, têm desenvolvido diversas acções e estiveram em Lisboa nos dias 14 de Fevereiro e 12 de Março. Na Procuradoria-Geral da República foi entregue uma participação, com mais de 1300 subscritores, a requerer uma investigação sobre a utilização de dinheiros públicos pela multinacional. Em 2013, um processo semelhante foi interrompido com a unidade e luta dos trabalhadores e a acção sindical firme do SIESI. Na documentação deixada na PGR e também na residência oficial do primeiro-ministro e na Assembleia da República, recorda-se que a empresa recebeu mais de 30 milhões de euros do Estado, para criar 910 postos de trabalho, desenvolver e produzir condensadores de polímero de tântalo de alta tecnologia, instalar cinco linhas de fabricação de outros componentes e dar formação profissional. Mas as verbas tiveram fim diverso.

## Fehst quer...

Um ano depois de a Fehst, em Braga, ter promovido o despedimento colectivo de 40 trabalhadores, o SITE Norte voltou a acusar a multinacional de pretender acabar com o quadro de pessoal permanente na produção. Numa acção à entrada da fábrica e com a presença dos trabalhadores despedidos em 2013, foi exigida a reintegração destes, salientando que continuam por esclarecer os motivos alegados pela empresa para a sua decisão.

Como muitas outras crianças da minha geração, tive uma infância atribulada, durante a qual, no início da década de 1950, aos 10 anos, feita a 4.ª classe, comecei a trabalhar nos telhais, os quais foram magistralmente descritos por Soeiro Pereira Gomes, no seu livro Esteiros, que ele dedicou “aos filhos dos homens que nunca foram meninos” e onde fica patente a vil exploração do trabalho infantil. Vivi os medos, as inseguranças e os dramas vividos por toda a juventude, nos anos sessenta, resultantes de uma guerra colonial injusta e fratricida, que esteve na origem de milhares de mortos e estropiados e que tanta dor causou às famílias portuguesas e às das ex-

colónias, hoje, felizmente, países independentes. Passei, como muitos milhares de democratas, pelas prisões fascistas, de Caxias e Peniche, no início dos anos 70. Estive dois anos preso e fui vítima de várias torturas, por ser militante e fazer parte de uma organização do PCP. Durante os 48 anos da ditadura, passaram por estas prisões milhares de patriotas, com um somatório de muitos séculos de prisão, cujo único crime foi o de lutarem pela liberdade e pela democracia e pelo fim da ditadura dos monopólios e dos latifúndios. Saído da prisão, em meados de 1973, apesar do estigma de ex-presos políticos, consegui trabalho numa empresa metalúrgica, a MEC, na qual trabalhavam cerca de 400 operários,

a maioria mulheres. Foi uma experiência riquíssima, adquirida na organização e nas lutas travadas na fábrica, nas quais as mulheres tiveram um destacado papel, por melhores condições de vida e de trabalho, na eleição de delegados sindicais, assim como de delegados dos trabalhadores para a Higiene e Segurança, e na constituição de uma Comissão Sindical e de uma Comissão de Trabalhadores. Vivi com imensa alegria, como todos os trabalhadores, a madrugada libertadora do 25 de Abril. Participei entusiasticamente, com milhares de trabalhadores, nas manifestações de apoio ao MFA, nas históricas comemorações do primeiro 1.º de Maio em liberdade e nas lutas pelas



Manifestação de trabalhadores da MEC, em 1974

transformações políticas, económicas e sociais que se lhe seguiram. Tal como a resistência e a luta antifascista foram o fermento indispensável para o êxito da Revolução dos Cravos e das conquistas de Abril, também a resistência e

a luta organizada que estamos a travar, contra a violentíssima ofensiva do grande capital e dos sucessivos governos ao seu serviço, há-de dar os seus frutos e contribuir para que os valores de Abril vinguem no futuro de Portugal e dos trabalhadores portugueses.

# 0 25 de Abril foi um processo

Com a aproximação das comemorações do aniversário da Revolução do 25 de Abril, certamente não vão faltar comentadores do regime, a arengar e a emitir opiniões no sentido de manipular, falsificar e de reescrever a história.

Nesse esforço de falsificação, vai estar seguramente incluído o apagamento do papel dos seus verdadeiros obreiros, os que não só criaram as condições que permitiram a eclosão do 25 de Abril, como tiveram papel determinante na obtenção e defesa das conquistas da revolução. Por outro lado, e mais uma vez, a comunicação social do regime vai procurar fixar o 25 de Abril apenas no dia em que os capitães do MFA empreenderam o heróico levantamento militar, e não na perspectiva de um processo, com vida antes e depois dessa data. O processo começa, desde logo, com a atitude das



A 8 de Abril de 1973, os participantes no Congresso da Oposição Democrática, entre os quais estavam muitos activistas sindicais, reuniram-se na principal avenida de Aveiro, para a romagem à campa de Mário Sacramento, apesar de esta ter sido proibida. O acto corajoso foi reprimido com uma violenta carga policial (foto disponível no sítio electrónico do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra)

diversas forças políticas e sociais existentes à época do golpe de Estado de 28 de Maio de 1926, que veio a dar lugar à imposição da ditadura fascista e que suprimiu, pela força, as liberdades e obrigou à extinção dos partidos, bem como dos sindicatos livres. Como se sabe, de todos os partidos existentes

na época, o Partido Comunista Português foi o único que não só recusou extinguir-se, como assumiu as consequências de, na clandestinidade, organizar e dirigir a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho, bem como influenciar e organizar a luta antifascista, pelo derrube

da ditadura. No plano da luta dos trabalhadores, é de realçar ainda a orientação do PCP para os seus militantes, no sentido de passarem a actuar nos sindicatos nacionais, organismos ao serviço do patronato e do fascismo, com a finalidade de os transformarem em organismos defensores dos interesses de classe. Esta orientação veio a confirmar-se de grande relevância, porque permitiu que ao longo dos 48 anos que durou a ditadura fossem imensas e diversificadas as lutas que se realizaram - apesar de proibidas - e que foram determinantes para o derrube da ditadura. Aquela orientação permitiu igualmente que dezenas de sindicatos viessem a ter direcções da confiança dos trabalhadores, tornando possível a criação da Intersindical, em 1 de Outubro de 1970, que viria a assumir um papel destacadíssimo na

mobilização das massas trabalhadoras, quer antes quer depois do 25 de Abril. De resto, não é possível compreender a pujança com que os trabalhadores e o movimento sindical surgiram no 25 de Abril, sem se conhecer e valorizar devidamente estes antecedentes históricos. Os trabalhadores dos nossos sectores, no quadro geral da luta dos trabalhadores portugueses e da luta antifascista, deram um indiscutível contributo para que o 25 de Abril fosse possível e se instaurasse a liberdade, a democracia, os direitos laborais e sociais. É muito importante falar disto, para que não apaguem a contribuição dos trabalhadores no processo do 25 de Abril e porque, por falta de perspectivas e ou por razões ideológicas, vão surgindo vozes, a colocar em dúvida a importância e mesmo da utilidade da luta dos trabalhadores.

JOAQUIM ALMEIDA





JERÓNIMO DE SOUSA

Secretário-geral do PCP, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa em 1973-1975

# Os metalúrgicos – destacamento de Abril

Jerónimo de Sousa intervém num encontro de comissões de trabalhadores de Lisboa e Margem Sul, a 1 de Outubro de 1977, no refeitório da Parry & Son, em Cacilhas (foto de arquivo do jornal Avante!)

Os dias que antecederam a Revolução de Abril foram marcados por uma poderosa acção reivindicativa dos metalúrgicos nas empresas e locais de trabalho, que confluía e dava força ao processo negocial em curso do CCT da metalurgia, sob o lema «Por um salário justo e digno de 6000 escudos». Sucediavam-se os plenários e as greves em todo o sector, na Cintura Industrial de Lisboa e da Margem Sul, no Porto, em Braga, em Aveiro, em Leiria, em Santarém, em Évora, em Coimbra, em empresas de outros distritos. Desenvolveu-se em Fevereiro de 1974 um amplo movimento nacional de solidariedade

e de recolha de fundos para os trabalhadores da Fábrica de Limas Tomé Feteira, sujeitos ao «lock-out» patronal durante 30 dias. Simultaneamente preparávamos a comemoração do 1.º de Maio, proibido, sob a coordenação da Intersindical Nacional. Seria no Rossio. No sindicato de Lisboa, sediado na Calçada de Santos, reuníamos à noite e elaborávamos os comunicados e panfletos. Como palavras de ordem, para além da reivindicação salarial, inscrevíamos «Liberdade!», «Direito à Greve!», «Fim da Guerra Colonial!». O risco maior era transportá-los e distribuí-los devido à vigilância apertada da

PIDE que, soubemos depois, preparava-se para prender todos os dirigentes em 30 de Abril de 1974. Deu-se o levantamento militar no 25 de Abril, a que se seguiu imediatamente o levantamento popular, onde os metalúrgicos tiveram um papel destacado, reunindo em milhares de plenários, vindo para a rua saudar e apoiar o movimento dos capitães, ocupando com outros dirigentes e activistas sindicais o Ministério das Corporações e colocando um pano na varanda do último andar do edifício da Praça de Londres, onde se lia «Ministério do Trabalho». Realiza-se o maior plenário de sempre



dos Metalúrgicos de Lisboa, no então Pavilhão dos Desportos, com mais de oito mil participantes. É no 1.º de Maio que se afirma a aliança mais original de uma revolução original: a Aliança Povo-MFA.

Está ainda por contar e registar na história o papel dos metalúrgicos no processo que se seguiu, na conquista de direitos, no controlo operário, nas transformações

e realizações revolucionárias, na sua defesa. Mas pela sua luta, antes e depois, afirmaram-se como um destacamento de Abril e dos seus valores.

## Contrato conquistado na metalurgia

VÍTOR RANITA

Poucos dias antes de 25 de Abril de 1974, os metalúrgicos mostravam maior ânimo para a luta que vinham travando, na sequência da reivindicação, lançada pela Federação, de um salário mínimo de 6 000\$00 para o sector. Empresa a empresa, iam vingando os cadernos reivindicativos, apesar das intimidações armadas das forças da ordem fascistas. O patronato tinha forçado a passagem do processo de revisão do CCT da metalurgia para a fase arbitral, onde pela Federação deveria intervir o economista Carlos Carvalhas. Porém, aconteceu o 25 de Abril e o primeiro 1.º de Maio em liberdade. O apoio popular aos militares de Abril alterou radicalmente a correlação de forças. O patronato viu-se coagido a voltar à mesa das negociações directas. E o novo CCT foi assinado a 24

de Maio de 1974, depois de quatro dias consecutivos de negociações, em reuniões que chegaram a durar 24 horas. De imediato, os metalúrgicos impuseram nas empresas a liberdade de acção e de organização sindical, dinamizaram a imediata democratização das direcções sindicais em vários sectores e, pelo novo CCT, obtiveram, entre outras conquistas: a redução do horário de trabalho, o aumento do período de férias e do respectivo subsídio, um aumento substancial de salários, a extinção completa da redução dos salários às mulheres, imposta pelo fascismo. Para além disso, ganharam os direitos sociais, mais tarde consagrados na Constituição da República, que passaram a abranger todos os trabalhadores.



José Ernesto Cartaxo e Vítor Ranita, num intervalo dos congressos da fusão da Fequimetal e da FSTIEP, a 18 de Maio de 2007, em Tentúgal



Na edição de 21 de Maio de 1975, o Alavanca dá grande destaque à visita do primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, à Sorefame, na Amadora, unidade fabril premiada pela acção dos seus trabalhadores na batalha da produção. Além de membros do Conselho da Revolução, acompanharam-no o ministro da Indústria, João Cravinho, e o secretário de Estado do Trabalho, Carlos Carvalhas. A visita ocorrera no sábado, dia 17





MARIA DO CARMO TAVARES

# Uma revolução na indústria química

Maria do Carmo Tavares, no 12.º Congresso da CGTP-IN e numa intervenção alguns anos antes



Os trabalhadores químicos têm um passado de que se podem orgulhar. Contribuíram com as suas lutas para o aumento do protesto contra o regime fascista e o capital explorador, que o sustentava, e ainda para a construção da Intersindical, em 1970. Reivindicavam melhores salários, melhores condições de trabalho e de vida e o direito à contratação colectiva. Durante a greve dos trabalhadores da Robbialac, nas vésperas da Revolução de Abril, a PIDE invadiu a empresa. Tanto Sacavém, onde eu vivia, como Cabo Ruivo, onde trabalhava, eram grandes zonas industriais e estes movimentos eram muito sentidos. O 25 de Abril foi recebido entusiasticamente e lançámos mãos à obra para grandes e indispensáveis transformações. Na fábrica Neocel



Momento de uma manifestação de apoio às nacionalizações, a 16 de Abril de 1975, do Rossio a São Bento (foto de arquivo do jornal Avante!)

organizámos logo uma Comissão de Trabalhadores, de que eu fazia parte. De imediato, reivindicámos a redução do horário de trabalho e os salários foram aumentados. Eu trabalhava havia seis anos e só tinha 15 dias de férias. Passámos a ter um mês de férias pagas. Os trabalhadores estavam felizes. A instituição do

salário mínimo nacional de 3.300\$00 para a indústria e comércio, em Maio de 1974, teve um enormíssimo impacto. Abrangeu grande parte dos trabalhadores, promoveu a igualdade entre homens e mulheres, influenciou todos os outros rendimentos. A existência da Intersindical foi decisiva para os trabalhadores se



poderem organizar e para reorganizar os sindicatos, para exigir a negociação de contratos colectivos e conquistar ou alargar direitos, como o valor dos subsídios de turno e das horas extraordinárias. A proibição do despedimento sem justa causa, o direito a faltas justificadas remuneradas, os direitos sindicais e sociais, de maternidade... Foi uma verdadeira revolução na vida dos trabalhadores. O primeiro contrato vertical da indústria química, negociado em

1975, constituiu um marco na contratação colectiva após o 25 de Abril. Fui uma das negociadoras e subscritora. Muitos dos direitos conquistados só mais tarde foram consagrados na lei. A militância sindical dá-nos um enriquecimento humano, social e político que sem ela nunca teríamos. Tenho outros registos inesquecíveis de intervenção e luta dos trabalhadores, tais como: o processo de negociação da Portaria dos Analistas, iniciado em 1973 e concluído

depois do 25 de Abril; as eleições no Sindicato, em 1975, e todo o processo que as antecedeu, com a vitória da nossa Lista B; a luta na Petrogal, no Governo da AD, que deu uma requisição civil; o primeiro corte de gás a Lisboa, na PGP, em 1979, e outras lutas que se seguiram com a requisição civil. Lembro-me da Soda Póvoa, em 1978, da Manuel Pereira Roldão e da preparação das primeiras duas greves gerais. Recordo a manifestação «Contra o Aumento do Custo de Vida e pela Contratação Colectiva», que em 1976 encheu o Estádio 1.º de Maio. O 1.º de Maio de 1974, em liberdade, foi inesquecível. A nossa história é cheia de exemplos de coragem e abnegação pela causa dos trabalhadores, que é necessário continuar a defender.

## Da luta de antes para as novas conquistas

JOAQUIM SILVA

Antes de falar do 25 de Abril de 1974, importa referir o período anterior a essa data, para lembrar a forte repressão exercida pela polícia política (PIDE) sobre os trabalhadores e sobre quem quer que se manifestasse contra o regime e reclamasse liberdade. Isso não impediu que alguns sectores reivindicassem melhores condições, como a greve na fábrica de papel Abelheira, e o 1.º de Maio foi reconhecido como o dia do trabalhador gráfico. A revolução do 25 de Abril proporcionou importantes conquistas, como a liberdade de expressão, o direito à participação e organização e à contratação colectiva. Foi com este espírito que os trabalhadores se mobilizaram e, a partir de Assembleias Gerais, elegeram para os seus sindicatos direcções que tiveram por função organizar a sua intervenção, orientar e mobilizar os trabalhadores para processos reivindicativos com o objectivo de melhorar as condições de vida e de trabalho. A lei sindical, a lei da contratação colectiva, o salário mínimo nacional, a lei de protecção dos dirigentes e delegados sindicais e membros das comissões de trabalhadores e de outras estruturas representativas,

foram conquistas determinantes para a organização dos trabalhadores nas empresas, reforçando a sua participação e mobilização. A autonomia contratual para alguns sectores públicos de relevante importância económica, como a Portucel e a INCM, foi uma conquista que muito beneficiou os trabalhadores. A ofensiva do patronato, apoiado pelos sucessivos governos e pelo seu aliado UGT, para destruir os direitos que arduamente foram conquistados, levou muitos trabalhadores a recorrerem a formas de luta, nomeadamente à greve. Exerci funções sindicais, ininterruptamente, desde 10 de Maio de 1974 até Fevereiro de 2011. Nestas comemorações do 40.º aniversário do 25 de Abril, dirijo uma palavra de solidariedade e de encorajamento a todos os trabalhadores que lutam pelo emprego, pelos direitos e por melhores condições de vida, derrotando as políticas de empobrecimento. O 25 de Abril foi, é e continuará a ser um marco histórico que exige a luta de todos em sua defesa, derrotando aqueles que o querem ignorar e desvalorizar.



Carlos Freitas, do Sindicato dos Profissionais das Artes Gráficas, nesta entrevista, fala sobre as negociações do caderno reivindicativo apresentado a 2 de Abril de 1975 à Associação das Indústrias Gráficas Transformadoras de Papel (Alavanca, 21.5.1975)



A 8 de Março de 1975, em Lisboa, uma manifestação assinalou o primeiro Dia Internacional da Mulher em liberdade (à esquerda). Faixa das mulheres, na manifestação do 1.º de Maio de 1975, em Lisboa (fotos de arquivo do jornal Avante!)



## Mulheres e jovens de 1974 e de hoje num combate de sempre

# Vida melhor, igualdade e trabalho com direitos

Com o 25 de Abril, ocorreu uma revolução nos direitos e nas condições de vida dos trabalhadores. Pode-se hoje comprovar este facto, recorrendo a livros, jornais, documentários. Nesta entrevista colectiva, num jornal dedicado ao 40.º aniversário do 25 de Abril e do 1.º de Maio em liberdade, procurámos o que não está nos livros. Obtivemos testemunhos sobre essa revolução nos direitos, na vida e nas mentalidades, no que toca às mulheres e à juventude.

**R**eunimos, para uma conversa que se prolongou por toda uma manhã, mulheres de diferentes gerações, sectores e regiões. Todas elas estão empenhadas no combate de sempre daqueles que não aceitam como inevitáveis as injustiças geradas numa sociedade onde o lucro de uns poucos conta mais do que o bem-estar comum. Para que as memórias se avivassem e as palavras sentidas e sinceras jorrassem, foi apenas necessário lançar duas perguntas: - o que não queriam ver de novo, de entre tudo aquilo a que Abril pôs termo? - e será ou não sentido, pelos jovens de hoje, que o futuro exige «Abril e Maio de novo», como a

CGTP-IN afirma no lema das suas comemorações?

As nossas entrevistadas não se limitaram a responder. Partilharam ideias, emoções, histórias da vida, do trabalho e da luta. Idália Martins, hoje reformada, trabalhou numa das empresas mais emblemáticas das indústrias eléctricas da região de Lisboa. Odete Filipe, também neste distrito, tem sido dirigente sindical no sector da metalurgia, é dirigente da Fiequimetal e é responsável da Comissão de Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP-IN. Rita Marcelino já foi operária têxtil e está hoje no sector gráfico e no SITE Sul. Dirigente deste sindicato e da federação,

Esmeralda Marques tem intensa actividade no distrito de Setúbal. Aqui, numa multinacional da electrónica, trabalha Paula Sobral, dirigente do SIESI e da federação. Trabalhadora de outra multinacional, em Braga, há quase 40 anos, Amélia Lopes é hoje dirigente do SITE Norte, da federação e da CGTP-IN. A mais jovem deste grupo, Nídia Sousa, trabalha numa empresa do sector químico no Parque da Autoeuropa e é dirigente do SITE Sul, da Fiequimetal e da Interjovem. Do combativo núcleo de trabalhadores dos centros de atendimento da EDP vem Anna Catarino, dirigente do SIESI. Sónia Costa, dirigente do SITE CSRA e da federação,

trabalha numa fábrica de material hospitalar, em Odivelas. Sandra Sousa, trabalhadora da Dura, na Guarda, é dirigente do SITE Centro-Norte e da federação. Algumas das entrevistadas fazem parte da Comissão de Igualdade entre Mulheres e Homens da Fiequimetal. Todas, de uma ou outra forma, estão ou estiveram envolvidas também nesta frente da luta contra a exploração e pela transformação progressista da sociedade.

### Versão áudio na Internet

Uma versão áudio desta entrevista colectiva será em breve publicada no sítio electrónico da federação ([www.fiequimetal.pt](http://www.fiequimetal.pt)). ➔





# Com a semente de Abril conquistar o futuro

Quarenta anos depois da revolução, quatro mulheres falam das dificuldades que passaram, da miséria que lhes roubou a infância e das lutas que travaram contra a dureza dos tempos. De quando, sobre os estômagos dos portugueses, o peso da fome amarrava muitos à sopa dos pobres. E do que se começa a viver hoje em muitas localidades do País e que era sentido de forma brutal pelos trabalhadores durante o fascismo.

**BRUNO CARVALHO**  
(texto)

Viuva, e sem forma de sustentar a família, a mãe de Idália Martins foi uma das muitas mulheres que deixaram horas da sua vida nas longas filas de espera por um pedaço de alimento para os filhos. Do tempo em que a região de Lisboa era um mar de barracas e em que os homens não podiam ser meninos, Idália recorda que começou a trabalhar aos 12 anos como costureira. Também foi o caso de Odete Filipe e de Amélia Lopes. Com a mesma idade, uma estreou-se a tomar conta de crianças até que três anos mais tarde uma empresa de produção de material telefónico a contratou. A outra entrou para o sector do vestuário. Sobre estas e tantas outras mulheres, o fascismo deixou marcas que não esquecem. Foi doloroso para Odete querer uns sapatos e a mãe não lhe poder comprar. Os pais trabalhavam por conta de outrem na agricultura e só aos oito anos lhe puderam dar uns botins de borracha. «Para que durassem mais», explicou. Em casa não havia electricidade e uma pia ao lado da chaminé fazia as vezes de sanita. Como a maioria das crianças da sua época, cumpriu a quarta classe e a condição social dos pais expulsou-a para o mundo do trabalho. O destino de Amélia foi o mesmo. Aos 12 anos, caminhava sete quilómetros diários para ir e vir da fábrica. Apesar da dureza das condições de vida, amplificada pelo facto de serem mulheres, nenhuma delas deixou de remar contra a corrente. Foi também o caso de Rita Marcelino, cujo pai quis que os filhos aprendessem aquilo que ele não pôde aprender. «Tive sorte. Ele sempre me deixou com liberdade suficiente para poder ser eu a orientar e a decidir o que queria fazer», mas enfatizou o confronto com a realidade. Naquela aldeia do interior algarvio começou a conquistar suspeitas por fazer o que nenhuma outra rapariga fazia. Foi



## Amélia

**«Fizemos um pasquim a denunciar a situação social que se vivia e fomos desalojados pelo padre»**

fundadora e a única sócia de uma colectividade juvenil, numa altura em que fazê-lo acarretava atentar contra a moral e os bons costumes. Viveu o 25 de Abril como trabalhadora da indústria de confecções e em 1974 esteve na tomada do Sindicato das Costureiras. Fez então parte de uma comissão de trabalhadores, numa empresa que esteve em autogestão até Mário Soares a devolver ao patrão fugido. Trabalha no sector gráfico, em

Setúbal, desde 1997, e foi eleita para a direcção do sindicato ano e meio depois de chegar à empresa. Recorda com dor os rapazes da sua idade que «iam para a terra dos outros e alguns ficaram lá», na guerra colonial. Não quer «de forma nenhuma, perder o direito a votar», que a avó tanto queria e não pôde ter. «O que nos estão a fazer é contra aquilo que eu defendi no meu voto.»

No extremo norte do País também Amélia Lopes dava corpo à irreverência. Até aos 20 anos, fez parte do clube juvenil da aldeia, que até começou por ter o apoio do pároco da freguesia. Mas não durou muito. «Fizemos um pasquim a denunciar a situação social que se vivia e fomos desalojados pelo padre». Indignada, Amélia recorda que passaram a encontrar-se junto ao rio Cávado e que era ali que debatiam e conversavam. «Éramos considerados marginais. Levávamos a tenda e acampávamos no Verão. Era o nosso espaço livre. E eu era considerada rapariga da má vida porque não ia ao banho de combinação. Não dava jeito para nadar.»

## Estar no meio deles

As grandes fortunas do País foram construídas sobre o suor de milhões de trabalhadores. À sombra de



## Idália

**«Na cara daquela gente, as operárias levantaram-se e desligaram as máquinas»**

Salazar e Caetano, os grandes grupos económicos usavam o Estado para instaurar o terror em todas as esferas da vida. Nas fábricas ou nos campos, os operários que ousavam levantar a cabeça podiam facilmente bater com os costados nos cárceres fascistas. O preço a pagar era elevado, mas foi a coragem dessas mulheres e desses homens que inspirou outros a juntarem-se aos combates que derrotaram a ditadura.

«As trabalhadoras iam mal vestidas, com umas chinelinhas enfiadas nos dedos, e eram advertidas de que deviam ir melhor», é como Idália Martins descreve o ambiente na Plessey Automática Eléctrica Portuguesa. «Não podiam estar de calças na fábrica. Uma secção inteira podia ser castigada se alguém chegasse atrasado». E recorda a operária que se matou debaixo de um comboio em Cabo Ruivo porque estava grávida.

Em 1972, uma das secções de afinação de molas acorda lutar para aumentar o salário. Supostamente, todo o grupo se devia ter levantado para exigir o aumento, mas só se levantam Idália e uma colega. A tremer como varas verdes, ganhou coragem e expôs a reivindicação. Passada uma semana, conquistaram o aumento através de um prémio de produção. «Logo ali, ganhei uma grande consciência».

A norte, desde que entrara para a fábrica de vestuário, Amélia Lopes olhava com inveja para as instalações da Grundig e repetia às colegas que um dia trabalharia ali. Em 1972, assistira à luta dos trabalhadores desta empresa. Emocionada, descreve como alguns saltavam pelas janelas para fugir à PIDE, enquanto outros eram empurrados para camionetas cujo

# Abril vivido



«Nunca fui tão rica como em 1975-76. Eu e o meu marido passámos a receber o dobro, a ter subsídio de férias e de Natal graças ao 25 de Abril, ao Vasco Gonçalves e aos direitos que conquistámos. As minhas filhas, por exemplo, estiveram num infantário da Covina. Estive em cooperativas no Alentejo que criaram creches, deram salários

dignos e traziam camionetas cheias de fruta e legumes para Lisboa. A revolução trouxe-me a hipótese de participar de forma mais intensa. Por isso, sentia-me mulher de corpo inteiro na luta sindical. De facto, só é possível uma sociedade democrática com a participação das mulheres. Na época tive de escolher entre o casamento e o sindicato. Regressei a casa dos meus pais. Naquele tempo, o patrão fugiu para o Brasil e os trabalhadores tomaram conta da empresa. A comissão de gestão, da qual fiz parte, pôs a empresa de pé e conseguiu ser auto-suficiente para pagar salários. A prenda de Mário Soares foi devolvê-la ao patrão e despedir-nos. Por esse processo de luta, fui presa dez vezes. Eu sei o que foi o antes, o durante e o retrocesso que estamos a viver. As grandes fortunas estão a ser feitas à custa da exploração. E o 25 de Abril não foi feito para isto.»

Odete Filipe





## Rita

**«O que nos estão a fazer é contra aquilo que eu defendi no meu voto.»**

destino era a prisão. «Eu queria estar lá no meio. Queria saltar o muro como eles.» Faz em Outubro 40 anos que lá está.

Amélia recorda que um dia, enquanto conversavam, uma colega derrubou dezenas de embalagens de camisas, prontas a ser enviadas para Angola. O patrão abriu a porta e aos berros despediu a operária. Já com a semente na consciência e o sentido de justiça, Amélia exigiu que a despedisse também. Sob a condição de poder testemunhar a favor da colega no tribunal, aceitou o pedido do patrão para regressar ao trabalho. «Ele não só anuiu, como a trabalhadora ganhou o caso e recebeu uma boa indemnização». Eram já os últimos anos do regime fascista e os protestos agudizavam-se por todo o País. Idália Martins era agora chefe de secção e, ao contrário do que era regra na Automática, recusava-se, por exemplo, a impor limitações às idas à casa-de-banho. Lembrava-se bem da vez em que uma colega fizera as necessidades ali, à frente de toda a gente, porque uma supervisora havia decidido que já tinha ido gente a mais. No refeitório, era olhada com estranheza pelas chefias, que tomavam as suas refeições à parte dos trabalhadores, enquanto Idália comia entre as operárias.

Em 1973, os trabalhadores decidem convocar uma greve. Enquanto chefe de secção, Idália não sabe mais do que aquilo que leu num comunicado que apanhou e escondeu no bolso. A paralisação estava marcada para dez minutos antes das oito e, no dia seguinte, não queria acreditar no cenário montado na fábrica. Junto à secção de bobinagem, engenheiros, chefes e encarregados concentravam-se diante do separador de vidro. Faltava pouco tempo e ninguém sabia qual seria a reacção dos trabalhadores. Iam parar ou não? «Quando o ponteiro do relógio saltou e marcou dez para as oito, caíram-me lágrimas dos olhos», confessa Idália, «na cara daquela gente, as operárias levantaram-se e desligaram as máquinas».

## Jovens trabalhadoras

## defendem Abril e Maio

# Armas carregadas de esperança

Não sofreram a longa noite fascista e não viveram a revolução, mas levam-na como um projecto de futuro. Estas são trabalhadoras jovens que dão luta todos os dias. O único futuro que admitem terá inscrito os valores da revolução.

**L**onge de encaixotar Abril nos corredores poeirentos dos museus, há quem combata nos locais de trabalho para que se cumpra aquilo que tanto custou a conquistar e que há mais de 38 anos é atacado, através de um processo contra-revolucionário que conduz o País rumo ao abismo.

### «Foram conquistados»

**Paula Sobral** nasceu um ano antes da revolução e considera que os valores de Abril e de Maio são cada vez mais necessários. Começou a trabalhar aos 18 anos na então Ford Electrónica, em Palmela, e, seguindo o exemplo dos pais, sindicalizou-se imediatamente. «Eles lutaram contra todas as dificuldades, lutaram por todos os direitos», conta com orgulho. Contudo, vê trabalhadores que pensam que os direitos são dados pelos patrões e rebate liminarmente essa ideia: «Não foram dados, foram conquistados.» É assim que actua, como delegada e dirigente sindical, na Visteon.

Paula, que já foi casada, decidiu romper e pôde fazê-lo «porque já trabalhava», acabou por criar o filho sozinha, mas não quer sequer imaginar o que seria viver durante o fascismo. De olhos postos no futuro, diz que não podemos esquecer por que lutaram os nossos pais e avós. Perante o que hoje se vive, não tem dúvida de que «mais do que nunca, precisamos novamente de um 25 de Abril.» Uma vez atrasou-se para ir buscar o filho e prometeu-lhe que no dia seguinte levaria um cartaz. «Traz antes a bandeira do sindicato», foi o que o pequeno respondeu a **Sónia Costa**. Gosta da liberdade, que opõe ao que a avó lhe contava sobre a vida no fascismo. «Gosto de sacudir o pano à janela.» Também lhe seria impossível não poder fumar ou estar com as amigas à tarde na esplanada. Com 35 anos, trabalha há doze na Codan, uma fábrica de equipamentos hospitalares, em Odivelas, e recusa ser colocada a ter que escolher entre a vida familiar e a actividade sindical. Não imagina que se possa admitir que um marido ralhe e venha com exigências, sabendo que a mulher trabalha e ainda tem de fazer tudo em casa. «Somos mães, somos esposas, somos trabalhadoras e somos lutadoras», afirma. Eleita delegada sindical em 2010 e dirigente em 2011, incute aos filhos os valores de Abril. Sabe o que não quer perder e sabe que é preciso puxar pelo mais jovens, para também eles virem à luta. **Esmeralda Marques**, igualmente nascida depois da revolução, destaca a importância

dos valores de Abril «no momento em que estamos a sofrer com as políticas de austeridade e que estamos a pagar com o nosso corpo e os nossos salários». Não tem dúvidas de que, sem a resistência e a luta, nomeadamente dos sindicatos, tudo estaria muito pior, e os valores de Abril são referência essencial para dar a volta à actual situação. Começou a trabalhar em 2000, no sector automóvel, e aderiu ao sindicato no ano seguinte. Eleita pelos trabalhadores para os diferentes órgãos representativos, Esmeralda afirma que Abril é também o melhor argumento para a resistência. Os relatos sobre o tempo do fascismo remetem-na para a actualidade. «Em algumas empresas, hoje, e devido ao apoio dado pelo Governo às administrações, as conquistas são postas em causa e, por exemplo, não há liberdade de expressão».

Perante a realidade de centenas de milhares de portugueses que abandonam o País, Esmeralda é peremptória quando afirma que todos são precisos para mudar o actual estado de coisas. **Nídia Sousa** começou a trabalhar em 2004, aos 18 anos, numa empresa informática da região de Setúbal. Desde 2006 está na Inapal Plásticos, no Parque da Autoeuropa. Foi ali que contactou com o movimento sindical, embora já lhe viessem de casa os valores transformadores de Abril. «Através do meu pai sempre cresci a ouvir falar em revolução e comunismo», recorda sorridente.

Vive a actividade sindical com intensidade. Eleita delegada e, depois, dirigente da Fiequimetal e da Interjovem, considera que os jovens precisam de saber que têm de resistir. Para Nídia, «a luta dentro das empresas é fundamental e muitas vezes são as questões mais particulares que conduzem à tomada de consciência política e de classe». Trabalhar e lutar lado a lado é essencial para combater a ofensiva.

Conta que também ela foi empurrada para regressar a casa dos pais depois de ter estado casada. «Com o ordenado que ganho é-me impossível ser independente, ter uma casa e esta é a realidade de muitos jovens». Junta à denúncia a necessidade de resgatar Abril e Maio e de elevar a participação dos trabalhadores.

### O capitalismo mata

**Anna Catarino** também não viveu a revolução. Filha de emigrantes, regressou do Canadá e teve de se adaptar a uma nova realidade. Não se consegue ver na



## Sónia

**«Somos mães, somos esposas, somos trabalhadoras e somos lutadoras»**



## Nídia

**«A luta dentro das empresas é fundamental para ganhar consciência»**



## Esmeralda

**«Em algumas empresas, não há efectivamente liberdade de expressão»**



Milhares de mulheres participam anualmente em iniciativas a assinalar o Dia Internacional da Mulher, como em Lisboa e em Évora, a 8 de Março de 2014 (fotos do arquivo online da CGTP-IN)



Jovens trabalhadoras defendem Abril e Maio

# Armas carregadas de esperança



## Sandra

**«Entrei para o quadro graças à luta sindical, percebi que aquela organização nos defendia»**

situação que viviam as mulheres durante o fascismo e preocupa-a a degradação das condições de vida dos trabalhadores e da população. Actualmente a trabalhar no call center da EDP, conhece bem o drama da precariedade e esteve na luta pelos postos de trabalho e os direitos, quando da insolvência da CRH (prestadora de serviços). Anna Catarino denuncia que a maioria dos que ali trabalham são licenciados «a ganhar entre 475 e pouco mais de 600 euros». Explica que se está a perder direitos e que na empresa o sindicato consegue passar a mensagem

de que nada é garantido sem resistência, como várias vezes já se comprovou. Recentemente, foram as greves que impuseram aumentos salariais. «Umaz vezes ganha-se, outras perde-se. Compete-nos transmitir e divulgar a luta». Anna Catarino descreve que as acções de luta são vividas com grande alegria e combatividade. «Até criam hinos e fazem bandeiras». Depois de vários processos de luta, o sindicato tem uma grande estrutura na empresa.

A actual situação é muito complicada para a maioria dos jovens. «As pessoas são quase empurradas para arranjam um parceiro para poderem viver fora de casa dos pais», acusa a dirigente sindical. Sabe que a luta pela transformação social tem os seus obstáculos mas às vezes a tragédia capitalista golpeia da forma mais brutal e cobra as suas vítimas. Depois de ter ficado a pagar a dívida da casa que lhe foi tirada pelo banco, a irmã de Anna Catarino acabou por pôr termo à vida. É verdade, o capitalismo mata.

Para Anna, «é possível aceitar a dor de qualquer acontecimento traumatizante e sobreviver, mas não o arrependimento. Lutamos porque recusamos o arrependimento de não lutar e que haja quem morra por falta de esperança. Antes morrer a lutar do que na pobreza da redenção sem esperança num país sem direitos, sem futuro ou verdadeira liberdade».



## Anna

**«Umaz vezes ganha-se, outras perde-se. Compete-nos transmitir e divulgar a luta»**

**«Vou resistir»**

«Eu sou filha de um patrão», começa por se apresentar. **Sandra Sousa** não esquecerá o dia em que um trabalhador bateu à porta da sua casa, para pedir ao pai dinheiro para alimentar os filhos. Depois da recusa, o pai de Sandra pediu à família que se apressasse: «Vamos jantar fora». Esse episódio chocou-a e os caminhos que tomou atestam a diferença entre pai e filha. Começou a trabalhar aos 14 anos. Desde então, já esteve numa empresa de pirotecnia e está há uns anos no sector de componentes automóveis, na Dura (Guarda).

«Logo que entrei na empresa sindicalizei-me porque todos pertenciam ao sindicato. Três anos depois, entrei para o quadro graças à luta sindical e, efectivamente, percebi que era aquela organização que nos defendia», acrescentou. Entretanto, foi eleita para a Comissão de Trabalhadores e como delegada e dirigente sindical. Sandra admite que nem sempre é fácil conciliar esta actividade com a vida pessoal. Casada e com dois filhos, considera que vale a pena resistir contra a ofensiva a que os trabalhadores têm sido



## Paula

**«Mais do que nunca precisamos novamente de um 25 de Abril»**

sujeitos e não tem dúvidas: Abril é o caminho.

«É impensável ver-me a viver no fascismo. Não me imagino sequer a pedir autorização ao meu marido para viajar», recusa, abanando a cabeça. Explica que a revolução foi fundamental e que sem ela não teria sequer o direito a ser mãe no local de trabalho. Recorda também o direito à educação e à saúde e o salário mínimo. Sandra Sousa fala de tudo o que se está a perder e emociona-se quando fala dos filhos. «Eu casei-me, consegui um trabalho, tive a possibilidade de construir uma casa. E os meus filhos, que vai ser deles? Há anos era impensável para mim que o meu filho fosse cumprir 18 anos e partisse para a Suíça. Nunca pensei perder um filho tão cedo.» Depois de partir e do agravamento das condições em Portugal, foi o próprio filho que lhe sugeriu que emigrasse também. Mas não aceitou. «Eu vou ficar aqui, vou resistir, vou ficar a lutar porque não nos vão conseguir tirar todos de cá. Um dia vais voltar e o teu irmão não vai ter de partir.» É por isso que não tem dúvidas sobre a revolução: «Vai ter de haver outro 25 de Abril. Pode ser noutra data qualquer, não importa, isto não pode continuar assim.»



## Valorsul parou

Com adesão praticamente total à greve de quatro dias, entre 17 e 20 de Março, os trabalhadores da Valorsul deram mais uma grande prova da sua consciência social e cívica, salientou o SITE CSRA, ao saudar aquela luta, que teve como principais objectivos exigir o cumprimento do Acordo Colectivo de Trabalho e a reposição dos salários roubados pelo Governo, e a rejeição da entrega da empresa ao capital privado. O sindicato repudiou a aprovação e promulgação do decreto para a privatização da EGF - Empresa Geral do Fomento, do grupo Águas de Portugal (51 por cento) e de 174 municípios (49 por cento), que detém a Valorsul e mais dez empresas do sector de resíduos sólidos - e reafirmou que tal propósito vai continuar a ter a oposição e a resistência dos trabalhadores.

Vencendo pressões de governantes e manobras da administração, a greve foi um sucesso. Os trabalhadores, apoiados pela população, mantiveram-se firmes e nos dias da greve nenhum carro de resíduos entrou na Central de S. João da Talha nem no Aterro de Mato da Cruz.

Com objectivos semelhantes, os trabalhadores da Amarsul realizaram, no dia 3 de Abril, uma manifestação nas ruas de Setúbal.

Em 1996, ainda havia 341 lixeiras a céu aberto, que foram seladas após um investimento público superior a mil milhões de euros. Nos últimos quatro anos, a EGF teve mais de 50 milhões de euros de lucro, que em mais de 60 por cento foi gerado pela Valorsul e pela Amarsul. O Governo apregoa que a privatização vai dar uma receita entre 160 e 200 milhões de euros. Mas no Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos prevê-se um investimento público de mais de 320 milhões até 2020.

Privatizar a EGF é certamente um bom negócio para o capital privado, mas será comprovadamente uma opção ruinosa para o País e para as populações que necessitam deste serviço público essencial.

CARLOS CARVALHO

# Formados na resistência para a revolução

Tive, como tantos outros, o privilégio de intervir de forma activa na situação política, social e sindical nos últimos quatro anos do fascismo e também, entre outras actividades, como dirigente da Intersindical, nos 19 meses - de 25 de Abril de 1974 a 25 de Novembro de 1975 - em que se desenvolveu o processo revolucionário.

Numa abordagem histórica à Revolução de Abril temos que referir a luta antifascista durante os 48 anos da ditadura e, em especial, nos quatro ou cinco que antecederam o movimento militar, ele próprio resultante da situação criada pela contestação ao regime. A partir de 1969, em centenas de empresas de actividade, desenvolveram-se lutas que frequentemente assumiam a forma de greve, apesar de proibida. Havia ainda a dinâmica da

negociação de contratos colectivos.

Na Cometna, onde trabalhava, uma greve realizada em Abril de 1973 resultou na redução do horário de trabalho, de 48 para 45 horas.

Com uma nova greve, a 2 de Janeiro de 1974, foi alcançado um aumento salarial de 1200 escudos. Esta luta teve um impacto importante nas empresas da Amadora e Linha de Sintra, onde no mês de Janeiro se multiplicaram greves e reivindicações, tendo como referência os resultados obtidos na Cometna.

Para além dos resultados obtidos (aumento de salários, redução do tempo de trabalho) e de um enorme desgaste do fascismo, fez-se nessa altura a preparação dos quadros e militantes para as lutas que viriam a ser travadas no período revolucionário. O 25 de Abril não foi tão só um movimento militar.



**Durante a visita à URSS de uma delegação da Intersindical, no final de Dezembro de 1974, num encontro com trabalhadores da fábrica de relógios Slava, discursou Carlos Carvalho. Da delegação fizeram também parte Antero Martins e João Fonseca (Alavanca, 6.1.1975)**

No período revolucionário, muitos repórteres, historiadores ou analistas sociais manifestaram-nos a sua surpresa pelo elevado nível de preparação dos militantes sindicais, sobretudo em questões como: intervenção e gestão das empresas abandonadas pelos capitalistas; nacionalizações; sentido de

responsabilidade ao nível das reivindicações salariais; participação na gestão das Caixas de Previdência, transformando-as em futuros núcleos da Segurança Social; gestão e democratização das estruturas do regime fascista. Isso só foi possível porque havia uma experiência

anterior. Não se partiu do nada. Havia quadros responsáveis, havia organização, havia, foi criada, uma consciência política de que não se tratava só de reivindicações imediatas, mas de construir um devir colectivo.

Durante poucos meses, para além da melhoria de salários e da redução do horário de trabalho, conquistámos os direitos de associação, de expressão, de reunião, de negociação colectiva e importantes benefícios sociais: o direito a um mês de férias com remuneração complementar; o subsídio de Natal; o complemento da Segurança Social. Os trabalhadores portugueses, agentes e beneficiários das conquistas revolucionárias, têm sido os seus mais firmes e consequentes defensores. Prosseguir a luta para repor Portugal nos caminhos de Abril é uma tarefa de todos nós, sem desfalecimentos.

DELFIN MENDES

## A negociação colectiva é uma escola

Com grande satisfação e orgulho, em 1974 integrei a primeira comissão directiva do Sindicato dos Técnicos e Operários de Produtos Químicos e Afins do Distrito de Setúbal, depois de ter sido escorraçada a direcção afecta ao regime fascista. Trabalhava na Unialgas, uma pequena empresa de transformação de algas marinhas, em Coina. A movimentação dos trabalhadores provocou de imediato profundas melhorias, quer em termos salariais, quer na forma como os encarregados passaram a tratar o pessoal. Ao longo de 38 anos dediquei-me quase exclusivamente à vida do sindicato. Participei nas mais diversas lutas e desempenhei as mais diversas tarefas, com



**Delfim Mendes, em 1979, no Congresso da Federação dos Sindicatos da Química**

responsabilidades de presidente ou coordenador e como dirigente das federações do sector, da União dos Sindicatos de Lisboa e da CGTP-IN. Tive o privilégio de participar nas negociações do primeiro CCT de âmbito nacional do sector químico,

bem como em variadíssimos outros processos negociais. A negociação colectiva foi, sem dúvida, a tarefa que me deu mais prazer. É uma autêntica escola política, económica e social, por força das relações que nos obriga a ter com os trabalhadores, com o poder económico e com os órgãos do poder político. Pela discussão que gera nas mesas negociais, pelas lutas que provoca nas empresas e nas ruas, e pelas conquistas que produz, a contratação colectiva é um instrumento de uma riqueza extraordinária. É na contratação colectiva que mais se faz sentir a luta de classes, o confronto dos interesses antagónicos de patrões e trabalhadores. Recordo aqui dois exemplos. O primeiro tem a ver com o processo de

reclassificação, decorrente da abolição das categorias profissionais específicas das mulheres e de outras categorias que serviam para discriminação. Foi um processo realizado empresa a empresa, extremamente rico, mas difícil, porque os patrões queriam continuar a ter as mulheres em categorias diferentes. Mas as reclassificações foram um sucesso e marcaram uma importante etapa na luta pela igualdade laboral entre mulheres e homens. O outro exemplo refere-se às lutas na Petrogal (Cabo Ruivo e Sines), na Petroquímica de Lisboa e na Valorsul. Tiveram grande impacto público e político, foi envolvida a polícia. Mas, com a sua firmeza e determinação, os trabalhadores saíram vitoriosos. Foram lutas

duríssimas, ganhas palmo a palmo ali mesmo, no posto de trabalho.

No processo revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril de 1974, viveu-se de facto momentos fascinantes. A participação nas reuniões, nos plenários e nas lutas era enorme, as discussões eram vivas, todos tinham sede de falar, propor, contestar. Hoje o roubo descarado pelo Governo PSD/CDS de importantes direitos e conquistas de Abril, fruto de imensas e duras lutas, com alguma complacência e resignação de largas camadas de trabalhadores e da população, provoca-me natural tristeza e muita preocupação, mas mantenho a confiança no movimento sindical unitário encabeçado pela CGTP-IN e na luta dos trabalhadores.



ÁLVARO ANTÓNIO BRANCO

# A conquista do contrato colectivo da metalurgia e metalomecânica

## Beralt em greve

Com níveis de adesão muito elevados e paragem da laboração, os trabalhadores da Sojitz Beralt Tin & Wolfram, concessionária das minas da Panasqueira, entraram em greve, por aumentos salariais que não estejam condicionados a qualquer penalização. As paralisações, a 10 de Março e a 3 e 4 de Abril, foram acompanhadas de recusa de trabalho extraordinário, logo após o plenário de 20 de Fevereiro, onde as posições da administração mereceram forte repúdio. A empresa pretende só negociar a actualização salarial depois de obter a aceitação de horários concentrados, que obrigariam os trabalhadores a estarem 10 horas no fundo da mina, e em horário de laboração contínua. São regimes de agravada penosidade e risco, rejeitados no passado recente, como recordou o STIM.

Uma reunião com a administração foi marcada para 10 de Abril. No dia seguinte, em plenário, iam ser analisadas novas formas de luta, caso a Beralt continue a recusar aumentos salariais, apesar dos lucros significativos e das suas excelentes condições financeiras e económicas.

## Reintegrado

A Cabelte foi condenada a reintegrar um trabalhador que despediu no fim de um contrato a termo certo, antecedido de um período como trabalho temporário. O Tribunal do Trabalho de Vila Nova de Gaia condenou a empresa ainda a garantir a antiguidade desde o primeiro contrato e a pagar os salários e subsídios até a decisão transitar em julgado. Por cada dia de atraso na reintegração, a Cabelte incorre numa sanção pecuniária de 100 euros, como informou o SITE Norte, no final de Março.

No 25 de Abril, muitos trabalhadores tinham experiência de luta, grande parte ganha ao longo da última meia dúzia de anos de vida do regime fascista, quando, inclusive, se criou um desenvolvido movimento sindical, conduzido por homens honestos que tomaram os «sindicatos nacionais» afectos ao regime.

Esta luta contribuiu decididamente para a queda do regime. Nesta agitação das massas trabalhadoras foi criada a Intersindical. Os sindicatos metalúrgicos sentiram a necessidade de dinamizarem a actividade na Federação dos Sindicatos de Técnicos e Operários Metalúrgicos e Metalomecânicos, até aí debilitada na sua representatividade, devido às divisões criadas pelo regime fascista.

### Mobilização da classe

Em Junho de 1970, a Federação denunciou o CCT de 1968, apresentando aos grémios a sua proposta, que o patronato recusou negociar. O regime fascista atacou o Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, anulando a actividade dos seus dirigentes e substituindo-os por uma comissão administrativa da sua confiança. Por sua vez, a Federação dinamizou o processo

negocial do CCT em Assembleias Gerais de Trabalhadores, massivamente participadas. O economista Sérgio Ribeiro, a colaborar com a Federação, representou-a na Comissão de arbitragem. O acordo aqui alcançado foi publicado em 1 de Fevereiro de 1972. Com o apoio da socióloga Maria Alice de Almeida, a Federação iniciou um inquérito à população metalúrgica, tendo em vista a fundamentação da próxima proposta de revisão do CCT. Em 7 de Julho de 1973, o conselho geral da Federação elegeu os seus órgãos dirigentes, com a recomposição e reforço da sua direcção. O presidente é Álvaro Branco, do Sindicato de Santarém; o secretário é Manuel Silva, do Sindicato de Braga; o tesoureiro é Luís Nobre, do Sindicato de Leiria. O Conselho Geral é presidido por Vítor Ranita, do Sindicato do Porto. Em 15 de Dezembro

de 1973, é finalmente eleita pela classe a nova direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa. No período de 1972-1973 ocorreram importantes acções de luta na metalurgia e metalomecânica, sobretudo nas cinturas industriais de Lisboa e Setúbal, para obrigar o patronato a cumprir o novo CCT. Ao mesmo tempo mobiliza-se a classe para aprovar a próxima proposta da revisão do CCT.

### Proposta de revisão

De Norte a Sul do País, nas instalações dos sindicatos, em salas de espectáculo, em espaços gimnodesportivos e até na via pública, com instalação sonora, os trabalhadores discutiram o inquérito e a nova proposta sindical, que veio a ser entregue aos grémios a 21 de Outubro de 1973. Estas acções incomodaram o regime. O patronato sentiu-se pressionado e ameaçado nos seus interesses. Fugindo sucessivamente às negociações do contrato colectivo, o patronato revelava o propósito de subsistir à custa de mão-de-obra barata, em condições degradantes de



Álvaro Branco, numa intervenção pública mais recente

higiene e segurança. Em 4 de Janeiro de 1974, o patronato recusa-se de novo a negociar, e o processo negocial transita para a Corporação da Indústria, numa tentativa de conciliação, que fracassou. A Federação e os seus sindicatos, como resultado do inquérito aos metalúrgicos, lançaram a reivindicação de 6 000\$00 como salário mínimo de um trabalhador adulto. Este valor viria a transformar-se numa atractiva e inspiradora bandeira de luta da metalurgia e metalomecânica. A GNR e a PIDE fazem de novo a sua aparição. Os trabalhadores realizam acções de solidariedade, com a recolha de donativos para minimizar a perda de salários dos operários em greve. Mais uma vez o patronato boicota a revisão negocial do CCT e o processo passa à fase da arbitragem. Foi agendada a primeira reunião para 15 de Abril de 1974. Para a Comissão de Arbitragem foi nomeado o economista Carlos Carvalhas, na qualidade de árbitro da Federação e dos sindicatos metalúrgicos.

### A força de Abril

Quatro dias depois do 25 de Abril, a Federação e os seus sindicatos decidem abandonar a fase de arbitragem, comunicando aos grémios a vontade de tornar às negociações directas e dando disso conhecimento ao MFA e

aos órgãos de informação. A reunião de negociações directas foi a 2 de Maio de 1974, às 15 horas, no Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa (Calçada de Santos, 3-2.º esq.). Além dos representantes dos grémios, dos sindicatos e da Federação dos Metalúrgicos, estiveram também representantes da Junta de Salvação Nacional e um tenente-coronel chefe do Gabinete do Estado-Maior das Forças Armadas. O MFA estava representado por dois oficiais, um da Marinha e outro da Aeronáutica. A segunda reunião foi marcada para 9 de Maio, depois da realização de assembleias por todo o País, em que participaram milhares de metalúrgicos. As reuniões seguintes decorreram de 21 a 24 de Maio de 1974, na sede do Grémio dos Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos do Norte, no Porto. A última sessão durou toda a noite de 23 para 24 de Maio, com pequenos intervalos. Nessa noite, através das janelas iluminadas do Grémio, podia-se observar a concentração de centenas de trabalhadores metalúrgicos que, na Rua Guedes de Azevedo, em frente à sede patronal, apoiavam a comissão negociadora sindical, recebendo ao mesmo tempo informações dadas directamente pelo presidente da Federação, Álvaro Branco, sempre que as negociações o permitiam.

## Principais conteúdos

O acordo conseguido foi publicado no BTE n.º 22, de 15 de Junho de 1974, por decisão do ministro do Trabalho do primeiro Governo provisório, Avelino Pacheco Gonçalves. Cerca de 120 mil metalúrgicos e metalomecânicos beneficiaram de substanciais aumentos salariais e também de melhores e novos direitos sociais. Da matéria acordada salienta-se:

- A duração máxima do trabalho semanal passou de 48 para 45 horas;
- O valor do subsídio de Natal foi alterado de meio mês de salário para um mês;
- A duração das férias anuais foi fixada num mínimo de quatro semanas de

calendário, em vez de 15 ou 18 dias úteis;

- O valor do subsídio de férias ficou estabelecido em um mês de salário;
- A nova tabela de remunerações mínimas entrou em vigor em 1 de

Maio de 1974 com o valor de 4 500\$00 (grau 13), sendo eliminadas as anteriores sub-tabelas salariais. Dali em diante, aos metalúrgicos de qualquer empresa do sector passou a aplicar-se apenas uma tabela;

- No trabalho feminino foi eliminado o desconto de 20% aplicado pelo regime fascista, passando a ser remunerado nos mesmos termos do trabalho masculino.





**MANUEL MARIA CANDEIAS**

Técnico de manutenção de aviões na TAP (reformado). Eleito para a direcção do Sindicato dos Metalúrgicos em 1970 e reeleito após o 25 de Abril em vários mandatos. Foi dirigente da Federação dos Metalúrgicos até à criação, em 1980, do Sitava, o sindicato da CGTP-IN no sector da aviação

# Unidade e luta em tempo de repressão

Após a fraude na eleições para a Assembleia Nacional, em 26 de Outubro de 1969, o Estado Novo enfrentou uma vaga de lutas sindicais.

Na Lisnave, tem início uma greve pelo fim das horas extraordinárias e por aumento salarial de 25 escudos. Durante a concentração de 1500 trabalhadores frente ao edifício da administração, em Almada, cerca de 300 operários mobilizam-se e ocupam dia e noite a empresa. Este movimento fez alargar o protesto a Lisboa, tornando-se a luta geral nos estaleiros. Dando prova de grande solidariedade e consciência de classe, trabalhadores metalúrgicos das empresas CUF, Metalização de Sacavém, Parry & Son, Arsenal, Siderurgia, levaram a cabo paralisações e outras acções de protesto. Na Setubalense não se cobrou bilhete durante três horas. As lutas nas Construções Técnicas, Fábrica Portugal, Ford, General Motors, Robbialac, Mague, MEC, Tudor, UTIC, Lapidação de Diamantes, Baptista Russo, Luso-Italiana, Barros e em muitas outras empresas obtêm, apesar das

dificuldades impostas pela ditadura, a satisfação de importantes reivindicações.

TAP na frente

Pela Europa, milhares de trabalhadores da indústria travavam importantes batalhas pelos direitos sociais e políticos, por melhores salários e condições de vida. Esta informação chegava de forma privilegiada aos trabalhadores da TAP. Vingou na empresa consciência colectiva para a necessidade de organizar o protesto por justas reivindicações. Bufos e informadores, a troco de benesses mesquinhas, boicotavam e traíam os colegas. Mas o movimento era imparável e surgiram abaixo-assinados, paralisações, distribuição de panfletos. A acção mobilizadora culminou com a forte adesão verificada na greve ao refeitório. O presidente da TAP, Vaz Pinto, assumira funções de ministro-adjunto em 1968, deixando a

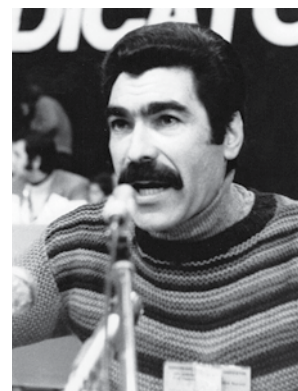
promessa de abertura para a satisfação de algumas reivindicações dos trabalhadores, ao mesmo tempo que Marcelo Caetano anunciava a «Primavera». Os trabalhadores não se deixaram iludir. Também aqui foi decisiva a orientação e liderança do Partido Comunista Português. Os comunistas estiveram sempre na primeira linha de luta contra a ditadura e mantiveram uma força decisiva no movimento sindical. Por esta razão foram também o principal alvo da polícia política. Essa ligação foi

fundamental quando, interpretando os anseios dos trabalhadores, o Partido definiu como prioridade a conquista das direcções dos sindicatos corporativos, dominados por lacaios dos patrões e pelo poder fascista. Só com a conquista dos sindicatos pelos trabalhadores haveria firmeza e confiança para a negociação de acordos colectivos. Essa aspiração de longa data veio finalmente a ser conseguida na TAP, tornando-se esse o primeiro acordo do género em Portugal. Através de uma forte

## Vale a pena!

As transformações que chegaram com a Revolução dos Cravos são tão profundas que quase quatro décadas de contra-revolução não conseguiram apagar essas conquistas. Além das profundas alterações nas relações laborais e da inclusão de direitos fundamentais na Constituição, houve pequenas mas significativas reposições de justiça, como a reintegração dos trabalhadores despedidos arbitrariamente, por perseguição política ou por prisão. Tudo o que os trabalhadores alcançaram em ano em meio de revolução seria, por si só, justificação para a dura luta travada durante a longa noite fascista. Valeu a pena, da mesma forma que hoje vale, para que muitos mais tenham a alegria de ver um dia cumprir-se plenamente Abril.

Manuel Candeias, num congresso da Intersindical e num momento de convívio com João da Silva e Jerónimo de Sousa



mobilização e acções variadas, foi criado um núcleo coeso para conquistar a direcção do Sindicato dos Metalúrgicos. Na histórica Assembleia Geral no Pavilhão dos Desportos Náuticos, em Lisboa, com mais de cinco mil operários, cercados por água, polícias e pides, os trabalhadores elegeram democraticamente os seus representantes, resistindo de forma exemplar às provocações dos apoiantes da lista afecta ao patronato, gritando «Abaixo os bufos» e «Viva a Lista B». A vitória da Lista B foi esmagadora, obtendo 1436 votos (apenas 18 votos contra e duas abstenções). Merece realce o facto de serem trabalhadores da TAP 11 dos 15 elementos da direcção eleita. Este êxito teve reflexos noutros sindicatos.

A ditadura cedo deixou cair a máscara. Apesar da brutalidade da repressão, apesar do desalento que a ofensiva fascista provocou em alguns companheiros, outros houve a quem as dificuldades deram mais força para a luta. Nasce em 1970 a Intersindical. Nos tempos que se seguiram, vários de nós fomos presos e torturados. Em julgamentos de farsa condenaram-nos a vários anos de prisão, mas nem isso impediu que a luta se desenvolvesse. Em 1974, a madrugada libertadora do 25 de Abril encontra um movimento sindical forte e organizado. A seguir à revolução, os trabalhadores afirmaram o reconhecimento, ao elegerem para as direcções dos sindicatos tantos dos que os tinham liderado na luta contra o fascismo.

# Roubam direitos e felicidade

ERNESTO ANTÓNIO SILVA

Em 25 de Abril de 1974, com 26 anos, trabalhava há dez anos como gráfico no jornal «O Comércio do Porto». Além de participar na organização de acções na empresa (como uma greve de zelo por aumentos salariais), estava envolvido desde 1972 na luta dos trabalhadores gráficos da imprensa diária do Porto, pelo pagamento de mais 25 por cento pelo trabalho nocturno. Desde 1973, estava numa lista para que a direcção do Sindicato das Artes Gráficas do Porto passasse a ser da confiança dos



trabalhadores. Entretanto, ocorre a revolução e, em 29 de Abril de 1974, a direcção demite-se e entrega a responsabilidade a cinco desses activistas, que passam a ser uma comissão directiva e cuja primeira preocupação foi,

desde a convocação do 1.º de Maio, a realização de eleições sindicais em Junho. Nos corpos gerentes eleitos nessas primeiras eleições estavam os cinco activistas que constituíam a comissão directiva, que eram, além de mim, o Armando Teixeira da Silva, que seria o primeiro coordenador da Intersindical, após o Congresso de Todos os Sindicatos de 1977; o Ilídio Luz Monteiro e o José Augusto Costa, que foram dirigentes da União dos Sindicatos do Porto; e o Serafim Santos, do sector de fotografia.

Conhecendo os meandros repressivos da censura, assisti à radical transformação que significou a conquista da liberdade de informação e de expressão. A unidade e a participação massiva dos trabalhadores na organização e nas decisões reivindicativas afastavam praticamente qualquer oposição patronal à correcção de injustiças e a medidas para melhorar as condições de trabalho e de vida. Conquistava-se nas empresas muitos direitos que só depois passariam a ser lei. O capitalismo nacional e

internacional, que apoiou o fascismo, cedo começou a conspirar tentando impedir o caminho do 25 de Abril para uma sociedade mais justa e sem exploração, como consagrou a Constituição em 1976. As acções principais contra o 25 de Abril foram e são através do PPD e do CDS, formados para o efeito; e do aproveitamento do PS, apoiado pela social-democracia que geria o capitalismo na Europa. Foram, também, a divisão do Movimento das Forças Armadas e a divisão do movimento sindical, através da constituição

da UGT e das suas ramificações sectoriais. Desde 1977 que se luta e resiste para defender o que se conquistou com o 25 de Abril de 1974. Quem teve a honra e felicidade de viver esse momento mais importante da história do nosso País, sabe e sente os direitos e felicidade que nos roubaram e continuam a roubar. Quem participou e participa nas lutas dos trabalhadores, organizadas pela CGTP-IN e seus sindicatos, sabe que não podemos baixar os braços e que o caminho é prosseguir essa luta, no âmbito mais geral e nas empresas.



**ANTERO GABÃO**

Da direcção do Sindicato dos Electricistas do Sul e Ilhas, em 1971-74 e 1975-78



# Contestação sindical no «Congresso da Previdência»

O regime fascista necessitava cada vez mais de fazer passar uma imagem de paz e concórdia. Tudo tentavam para apaziguar a onda de revolta no País.

Sob o signo comemorativo do 40.º aniversário da promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional, e por iniciativa da Câmara Corporativa, com grande pompa e circunstância, foi convocado para 23 a 28 de Julho de 1973 um «Congresso Nacional da Previdência» para que, na ilusão da mudança, tudo ficasse na mesma. Um grupo de 16 sindicatos não-alinhados com o regime resolveu apresentar uma Tese de Contestação, incluindo algumas reivindicações, de todo, inesperadas. Alguns destes sindicatos tinham direito a nomear um representante à Câmara Corporativa. Foi esta a nesga que iria dar acesso ao referido Congresso. Mas só tivemos uns quatro representantes. Além das demais restrições, a inscrição custava 300 escudos. Os sindicatos elaboraram um pequeno livro de 20 páginas que continha as teses a apresentar.

Editaram mais de 150 mil exemplares para distribuir pelos associados. É difícil dizer o número exacto, havia um sigilo muito grande e evitávamos mostrar a dimensão real da tiragem. Muitos livros não chegaram ao destino, porque nas principais centrais dos Correios brigadas da PIDE rapinavam os envelopes. Nós, no Sindicato dos Electricistas do Sul, com 20 mil envelopes para enviar, prevendo esta eventualidade, utilizávamos os postos dos CTT instalados pela província, o que não foi tarefa fácil. Mas uns bons milhares foram distribuídos pela rede de delegados sindicais. Nalgumas grandes empresas de material eléctrico, por exemplo, conseguimos que entrassem muitos livros, pela porta do cavalo. Imagino como se terá passado... Abre o Congresso, ouve-se o Hino Nacional. Ministro,



Em 1973, com o Congresso da Previdência, o regime fascista queria fomentar a ilusão da «Primavera» marcelista

secretários de Estado, directores-gerais, comandantes da Legião e outros serventuários marcam um ambiente de cortar à faca. Tudo corria normalmente, ouvia-se palmas e améns, quando, a dado momento, sobe à tribuna alguém que não frequentava aquelas paragens: o signatário da tese dos 16 sindicatos. Julgo que foi o Manuel Lopes que tomou a palavra, na abertura, mas na Mesa apressaram-se logo a cortar-lhe a palavra, porque aquilo «não era assunto para ali», tinha que ficar para uma das secções do congresso. Ele ainda reagiu, argumentando, mas nada feito. Era um camarada destemido.

«Começo por apresentar uma reflexão necessária sobre o que tem sido a previdência social no nosso país e, sobretudo, sobre o que desejamos que ela venha a ser no futuro imediato». Na exiguidade do espaço disponível, deixo umas passagens daquilo que o nosso representante foi ler naquele conclave de fascistas:

- «Pensamos, porém, que logo à partida, os resultados legitimamente esperados dum Congresso Nacional de Previdência Social se encontram

irremediavelmente comprometidos. Não podemos admitir que tenham sido ostensivamente arredados da sua orientação, preparação e participação os organismos juridicamente representativos dos trabalhadores – os sindicatos»;

- «Procurando seguir na esteira dos sistemas de segurança social praticados em vários países, o Estado propôs-se à cobertura de todos os sectores da actividade económica nacional – Indústria, Comércio e Serviços, Agricultura e Pesca. Verificou-se, porém, na prática, que isso não aconteceu»;
- «De resto, parece que se institucionalizou não só a diversidade das instituições como também uma total dispersão de normas. Isto possibilita diferenças de tratamento a todos os títulos injustas. Por exemplo, no que se refere a trabalhadores agrícolas, na doença, o homem recebe um

subsídio diário de 18\$00 enquanto a mulher só recebe 8\$00. Para eles o período de concessão do subsídio limita-se a 180 dias, enquanto no regime geral é de 360 dias.» ... «A previdência não abrange a totalidade da população, não concede aos trabalhadores por ela enquadrados igualdade de tratamento e não se apresenta capaz de satisfazer as reais necessidades dos trabalhadores»;

- «Eufemisticamente considera-se o trabalhador sob a denominação de beneficiário, pretendendo-se assim retirar-lhe a qualidade de único contribuinte da previdência. No entanto, o valor da contribuição para a previdência sai uma parte directamente do salário e outra do valor acrescentado ao produto e nada é taxado ao lucro da entidade patronal. Portanto, deverá caber aos trabalhadores a exclusiva gestão e administração das Caixas de Previdência».



A solidariedade de gerações, num desenho publicado no Alavanca, a 16 de Dezembro de 1974

## Algumas ideias

O documento foi subscrito pelos sindicatos: Seguros de Lisboa, Escritórios e Caixeiros de Leiria, Metalúrgicos de Braga, Metalúrgicos do Porto, Jornalistas, Propaganda Médica, Serviço Social, Escritórios e Caixeiros de Santarém, Lanifícios de Lisboa, Caixeiros de Lisboa, Técnicos de Desenho, Indústria Química, Bancários de Lisboa, Bancários do Porto, Electricistas do Sul e Electricistas do Centro, representativos de um conjunto de 160 mil trabalhadores. Ao tomar a palavra, o nosso orador disse:



«Teve lugar em Aveiro, no passado dia 18, um encontro de mineiros do Norte e Beiras, promovido pela União dos Sindicatos de Aveiro e Porto. Estiveram presentes dirigentes dos sindicatos dos Mineiros de Aveiro, Mineiros de Lousa e Valongo, Comissão Pró-Sindicato das Minas da Panasqueira, delegados sindicais das Minas da Borralha e elementos do secretariado da União dos Sindicatos de Aveiro e Porto, da União Regional dos Sindicatos e do secretariado da Intersindical Nacional», noticiava o Alavanca, a 27 de Janeiro de 1975

**Jornal da FIEQUIMETAL**

Jornal dos trabalhadores das indústrias metalúrgicas, químicas, eléctricas, farmacêutica, celulose, papel, gráfica, imprensa, energia e minas

N.º 12 • Abril 2014

### Propriedade

Fiequimetal/CGTP-IN – Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgicas, Químicas, Eléctricas, Farmacêutica, Celulose, Papel, Gráfica, Imprensa, Energia e Minas

### Sede

Rua dos Douradores, 160 - 1100-207 LISBOA  
Telefones: 218818500 e 218818560 • Fax: 218818555  
geral@fiequimetal.pt • www.fiequimetal.pt

### Director

João da Silva

### Redacção

Domingos Mealha

### Grafismo

Jorge Caria

### Pré-impressão

Alves & Albuquerque

### Impressão

Lisgráfica

### Depósito legal

N.º 266590/07





**Francisco Canais Rocha**

# Trabalhador da História

Tanto no Jornal da Fiequimetal, desde o primeiro número, como durante muitos anos n' «O Electrão», Francisco Canais Rocha publicou já umas dezenas de artigos sobre a história do movimento sindical em Portugal.

**D**irigente sindical, antes e depois do 25 de Abril, Canais Rocha esteve entre os fundadores e teve as mais altas responsabilidades na Intersindical. Nascido em Torres Novas, a 17 de Janeiro de 1930, foi trabalhar logo que acabou a escola primária. Foi marceneiro e carpinteiro de moldes, mais tarde prosseguiu os estudos e concluiu o mestrado em História Contemporânea. Pela sua actividade nos círculos antifascistas e sindicais, na legalidade e na clandestinidade, foi preso pela Pide em 1952 e em 1968. Nesses anos, fez parte do núcleo que fundou as

estruturas sindicais dos trabalhadores metalúrgicos, tanto no concelho de Torres Novas (onde ainda reside, com Rosalina, sua companheira e também activa participante de todas essas batalhas), como no distrito de Santarém, e fez parte das direcções locais e regionais do PCP. Nas vésperas do 25 de Abril de 1974, trabalhava para o Sindicato dos Jornalistas e o Sindicato dos Electricistas, em Lisboa. Nos anos mais recentes, a par do trabalho como historiador, teve intensa actividade no movimento de reformados e no movimento associativo popular. No sítio da Fiequimetal, numa página intitulada



«Para a História do Movimento Sindical», estão publicados mais de trinta artigos de Canais Rocha. A assinalar os 40 anos do 25 de Abril e como estímulo à leitura destes trabalhos e ao interesse pelo estudo nesta área, publicamos excertos de três dessas peças.



**As comemorações do 1.º de Maio são grandes momentos de afirmação da luta e dos valores do trabalho, apoiando o MFA e impulsionando o avanço da revolução: à esquerda, 1974, no Areeiro, em Lisboa; à direita, 1975, no Porto, com o ministro do Trabalho, major Costa Martins (fotos de arquivo do jornal Avante!)**

## Maio livre

«As comemorações do 1.º de Maio de 1974 em Lisboa foram organizadas pela Intersindical. Esta reunira clandestinamente, uma semana antes do 25 de Abril, na sede do Sindicato dos Técnicos de Desenho (Av. Duque de Loulé), para preparar as comemorações ainda sob o regime fascista. Após o triunfo do golpe de estado militar que derrubou o fascismo, o Plenário da Intersindical, cujos activistas estiveram presentes no Largo do Carmo a apoiar os militares, manteve-se em reunião permanente, funcionando nas instalações do Sindicato do Pessoal Administrativo da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas, na Rua da Palma. Depois de ter ocupado as sedes da cúpula da organização corporativa fascista, as Corporações, entregando as chaves das mesmas à Junta de Salvação

Nacional, a Intersindical ocupou as Caixas de Previdência e o Ministério das Corporações, que rebaptizou de Ministério do Trabalho. E o mesmo aconteceu à organização fascista para a ocupação dos tempos livres dos trabalhadores, a FNAT (Federação Nacional para a Alegria no Trabalho), cujo estádio igualmente rebaptizou de Estádio 1.º de Maio. Na noite de 30 de Abril, terça-feira, teve lugar na sede da CDE (Comissão Democrática Eleitoral), na Rua da Artilharia 1, uma reunião entre uma delegação da Intersindical e os representantes das forças políticas que iriam discursar no Estádio 1.º de Maio.»

«1.º de Maio de 1974, Marco fundamental da Revolução de Abril»  
*O Electrão*, N.º 20, Março de 2004

## Para continuar!

«É hoje incontestável que o movimento sindical unitário, liderando pela Intersindical, foi a força social que, no terreno, respondeu mais rapidamente ao golpe de Estado militar de 25 de Abril de 1974. Interpretando as aspirações mais profundas dos trabalhadores, é ele que apoia e orienta o impetuoso movimento reivindicativo que explode por todo o lado, ao nível das empresas e sectores de actividade, e que leva à conquista, na lei e pela primeira vez no nosso País, de um salário mínimo de 3 300\$00 mensais, o qual veio beneficiar cerca de 50 por cento dos trabalhadores assalariados. A movimentação dos trabalhadores, durante os dezoito meses que durou a revolução, obrigou o patronato a aceitar as suas reivindicações. Assim, as convenções colectivas de trabalho que vinham ainda do fascismo foram rapidamente renegociadas, dando lugar a aumentos

salariais mais elevados. Além disso, foram impostas outras formas de remuneração indirecta e complementar do salário-base, até então quase desconhecidas, tais como o subsídio de refeição, as férias pagas e os subsídios de Natal e de férias, a remuneração suplementar para o trabalho nocturno e para o trabalho penoso. Em virtude destas conquistas, o peso dos rendimentos do trabalho na distribuição do rendimento nacional passou de 46,8 por cento, em 1973, para 56 por cento, em 1976. Estas conquistas foram ainda complementadas pelo aumento da protecção social, nomeadamente, o direito universal à Segurança Social e ao Serviço Nacional de Saúde.»

«É preciso continuar Abril»  
*O Electrão*, N.º 1 (V série), Junho de 1999

## O CCTV FMEE

«Os trabalhadores do sector de fabricantes de material eléctrico e electrónico – onde predominavam as multinacionais, e constituído maioritariamente por mulheres recém-chegadas ao mundo do trabalho industrial (a maior parte delas com idades entre os 16 e os 18 anos) – há quase dois anos que aguardavam pela saída do primeiro contrato colectivo de trabalho, cujas negociações se arrastavam. Conhecendo a proposta sindical, que lhes prometia aumentos salariais elevados, e fartos de esperar pelo contrato, iniciam em Outubro de 1973 um ciclo de greves, reivindicando o salário mínimo de 3 mil escudos mensais, redução do horário de trabalho semanal para 40 horas, férias de 30 dias e 100 por cento de subsídio de férias.

A primeira greve teve lugar na Applied Magnetics (no Prior Velho), em 23 de Outubro. A greve manteve-se nos dias 23 e 24 e terminou no dia 25. A pedido dos trabalhadores, o Sindicato dos Electricistas

interveio no conflito. Em 24 do mesmo mês começa a greve na Plessey Automática Eléctrica (em Cabo Ruivo), greve que alastra à Princesa (em Corroios). A Plessey era a maior empresa do sector, com 3 700 trabalhadores. A greve mantém-se durante os dias 25 (em que passa de greve do pessoal operário a greve geral), 26 e 27, sendo reiniciado o trabalho a 29. No dia em que termina a greve da Plessey entram em greve os trabalhadores do sector operário da Standard Eléctrica Portuguesa (em Cascais). A greve durou os dias 29 e 30. No dia 31 foi a vez de grande parte dos trabalhadores da Control Data (em Palmela) paralisarem o trabalho durante meio dia. Em 5 de Novembro são os trabalhadores da Electrónica Signetics (em Setúbal) que entram em greve. Esta mantém-se nos dias 6, 7, 8 e 9. Nesse dia a administração da empresa (norte-americana) chama a GNR para “proteger” as instalações. De forma intermitente, as greves vão continuar no sector, envolvendo outras empresas (Fapae, Philips, Sipe). Em 18 de Março de 1974, mais de 300 trabalhadores concentram-se no Ministério das Corporações (Praça de Londres), apesar do aparato policial. Exigem a homologação do seu contrato colectivo, já resolvido pelo tribunal arbitral. Tal só viria a acontecer após a Revolução de Abril.»

«Luta sindical e repressão no consulado caetanista (1972-1974)»  
*O Electrão*, N.º 22, Outubro de 2004



**As multinacionais não cumprem os contratos colectivos e avançam com despedimentos, denuncia-se nesta entrevista, publicada no Alavanca N.º 1, saído a 9 de Dezembro de 1974**



## Resultados positivos dão mais força à luta

# Conquistar melhores salários

Com unidade e determinação, a luta dos trabalhadores por emprego e salário dignos traz resultados, salientou a CGTP-IN, referindo casos em que foi os aumentos foram além dos 30 euros por mês.



Frente à Efacec foi exigido que esta negocie aumentos salariais e intervenha para que a associação patronal acabe com o boicote

A lista de empresas onde foram alcançados aumentos salariais para 2014, que a central publicou a 7 de Março, comprova que quem luta alcança. Por um lado, foi possível romper a pressão patronal e do Governo, que por toda a parte querem convencer os trabalhadores a não terem nenhum aumento dos salários; por outro lado, foi possível alcançar acordos que satisfazem ou ultrapassam a reivindicação mínima da CGTP-IN: mais um euro por dia. Saliente-se que o próprio Governo recusa aplicar esta actualização e mantém o salário mínimo nacional no valor de 2011.

Entre os casos indicados pela central estão: a Vidromor (30 euros), a Fermentopão (2,8 por cento, em média, cerca de 35 euros), a Centralcer (2,1 por cento, 30 euros), o Hotel Ritz (média de 30 euros), a Continental Mabor (2,5 por cento em salários, subsídio de refeição e antiguidade, e um prémio anual de 1100 euros, como distribuição de dividendos), a Saint Gobain Sekurit Portugal (25 euros nos salários, 2,5 por cento em subsídios e cláusulas pecuniárias, 25 dias de férias), a Camo (25 euros), a Tabaqueira (2,1 por cento, 28 euros), a Vision

(dois por cento, e um prémio de 400 euros), a Fisipec (1,5 por cento, com 50 euros de subsídio de creche e prémio de produção de 500 euros), a VW Autoeuropa (1,6 por cento), a Abrigada (15 euros nos salários e um prémio de 15 euros nos 14 meses de retribuição), a Manitowoc (15 euros), a STET (1,3 por cento), a Jado Ibéria (um por cento por acto de gestão, considerado como adiantamento ao reivindicado), a Petrogal (negociações salariais por concluir, confirmado um prémio anual de 923 euros), a PSA Plásticos (prémio de 350 euros), a Metal-Nicho (3,1, 28 euros), a Webasto (dois por cen-

to), a Autoneum (dois por cento e um prémio entre 25 e cem por cento do salário mensal).

Refere-se ainda que, na revisão do contrato colectivo da torrefacção de café, foi acordado um aumento de 1,6 por cento, que é de dois por cento nos salários mais baixos, o que eleva para 495 euros o salário mínimo no sector.

Mais recentemente, a opção de passar à luta foi tomada em várias empresas dos sectores abrangidos pelos sindicatos da Fiequimetal.

Em defesa do Acordo de Empresa e pelo aumento dos salários, os trabalhadores da Parma-

lat decidiram, no final de Março, declarar greve aos feriados e ao trabalho suplementar, a partir de 9 de Abril, caso as propostas da empresa não permitissem chegar a acordo numa reunião marcada para dia 8.

Na Unilever Jerónimo Martins e Fima houve greve a 12 de Março e, de manhã, realizou-se uma concentração à porta da sede do grupo, em Lisboa. Nos últimos 15 anos, as actualizações salariais ficaram sempre abaixo da inflação. Há cinco anos que os salários superiores a mil euros não sofrem qualquer aumento.

Frente à sede da Efacec, trabalhadores desta empresa e representantes do SITE Norte efectuaram uma concentração, no dia 14 de Março, para reclamar aumentos salariais e para que a administração actue na associação patronal (ANIMEE) para acabar o bloqueio da contratação colectiva.

Na Renault Cacia os trabalhadores aprovaram em plenário, a 6 de Fevereiro, a exigência de efectiva negociação do caderno reivindicativo, e foram em seguida entregar essa mensagem aos serviços administrativos.

Pessoal da cutelaria Mafil e representantes dos trabalhadores da metalurgia e metalomecânica concentraram-se a 13 de Março na sede da empresa. Os salários dos trabalhadores da Mafil não são actualizados há mais de nove anos.

Na Sakthi foi acordado aumento de 40 euros, ratificado e valorizado em plenário, a 25 de Março.

## Atentos no sector eléctrico

A 20 de Fevereiro, a EDP fechou a negociação salarial. No conforto de lucros superiores a mil milhões de euros, a empresa apenas atribuiu aos salários dos trabalhadores um aumento médio de 18 euros por mês (1,17 por cento na tabela salarial).

Um mês depois, a EDP declarou que pretende encerrar também a negociação do Acordo Colectivo de Trabalho. Os sindicatos da Fiequimetal decidiram realizar plenários nos locais de trabalho e apelaram a uma forte participação dos trabalhadores.

Uma das matérias que não se pode aceitar - embora outras estruturas admitam isso sem pestanejar - é a discriminação

dos novos trabalhadores no enquadramento dos direitos. Esta exclusão não tem fundamento e irá aprofundar as desigualdades entre trabalhadores da mesma empresa.

No Grupo REN, foi alcançado no dia 19 de Março um acordo sobre a revisão salarial e outras matérias de expressão pecuniária, com valores que seguem os termos do Acordo Colectivo de Trabalho da EDP e REN, em vigor, e vão aplicar-se a todos os trabalhadores de todas as empresas do grupo. Por insistência da comissão negociadora sindical liderada pela Fiequimetal, a REN assumiu o compromisso de aplicar es-

tes termos ao pessoal que está excluído do ACT.

Só com as posições firmes da CNS/Fiequimetal foi possível garantir o prémio anual de produtividade, no valor de 175 euros. Ficou previsto ainda um prémio de «distribuição de lucros», num valor mínimo de 50 por cento da remuneração-base, condicionado a assiduidade e avaliação de desempenho.

A atenção centra-se agora na negociação do Acordo Colectivo de Trabalho.

Na Empresa de Electricidade da Madeira, cerca de 300 trabalhadores participaram num plenário, a 27 de Março, para exigir o fim dos cortes salariais.

PETAS  
TRETAS

## Compensa!

«Não se vai ganhar nada» é a desculpa que mais se ouve, quando alguns resolvem que é melhor perder por falta de comparência, sem «ir a jogo» pela defesa dos nossos direitos e interesses. No sítio Internet da Fiequimetal foram publicadas, no mês de Fevereiro, não uma, não duas e não três, mas quatro notícias que devem contar, na hora de optar entre lutar ou desistir.

O Tribunal de Trabalho de Viana do Castelo confirmou todas as 167 contra-ordenações da ACT à Europac, por esta não ter remunerado com o acréscimo legal o trabalho prestado na Sexta-feira Santa, em 2011. Além de uma coima de 2800 euros, a empresa foi condenada a pagar mais de 20 mil euros de salários, aos 167 trabalhadores reclamantes, e mais de oito mil euros à Segurança Social. A Europac Kraft Viana quis que fosse trocada a Sexta-feira Santa pela segunda-feira de Páscoa, como se em 2011 esta não coincidissem com o feriado do 25 de Abril.

A Somincor foi condenada pelo Tribunal da Relação de Lisboa a pagar com juros os prémios que ilegalmente descontou aos trabalhadores que participaram nas greves gerais de 24 de Novembro de 2011 e 22 de Março de 2012. Ficou assim confirmado que, por fazer greve, nada mais pode ser descontado, para além da retribuição correspondente ao tempo de greve.

O Tribunal da Relação de Évora confirmou a condenação da ATF (Portucel Setúbal) a reintegrar dois trabalhadores despedidos em 2012, dando por provado que a ATF e a Tempo Team vinham celebrando sucessivos contratos, para suprir necessidades da ATF que não podem ser consideradas meramente temporárias.

A Bosch Car Multimedia foi condenada a reintegrar dois trabalhadores, garantindo-lhes a antiguidade desde o primeiro contrato e pagando-lhes salários e subsídios desde a data do despedimento. O Tribunal do Trabalho de Braga considerou ilícitos os despedimentos e os contratos de trabalho a termo incerto.

Então? Compensa ou não?